



**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA,
CONCENTRADAS NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA
E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

**NATAL – RN
2012**

Artigo publicado no livro *Cidades Médias e Pequenas: Contradições, Mudanças e Permanências nos Espaços Urbanos* (Patrícia Chame Dias, Jânio Santos - Organizadores). Artigo de abertura - p. 19-46. Salvador: SEI, 2012. 238 p. il. (Série estudos e pesquisas, 94). ISBN 978-85-8121-009-4.

CONTRADIÇÕES, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS ESPAÇOS URBANOS NORDESTINOS

Beatriz Maria Soares Pontes¹

Introdução

Partindo da ideia de que, na perspectiva capitalista, os investimentos tendem a se concentrar em determinados pontos do espaço geográfico, compreende-se porque alguns núcleos nunca alcançam alguma expressão urbana e outros, após serem beneficiados por investimentos que permitem o alavancamento de suas economias, perdem, de um momento para o outro, esse fluxo de capitais e se defrontam com o desemprego e a pobreza que os levam a conhecer a estagnação e a decadência. No entanto, se alguns perdem nesse modelo de desenvolvimento, comandado pelos agentes do capitalismo, outros centros saem ganhando, em conformidade com a lógica reprodutiva do capital. São os espaços que, em determinados momentos, se mostram mais atraentes como objetos de investimento.

A organização espacial do estado brasileiro, nos últimos 30 anos, em particular, do seu espaço urbano, é o reflexo de um modelo de desenvolvimento definido no âmbito do capital que, em função de sua melhor reprodução, privilegia determinados pontos do espaço geográfico como objetos de investimentos. Por sua vez, a alocação de recursos governamentais em lugares determinados, tem provocado, também, a concentração de população nesses locais, em virtude das oportunidades de emprego que surgem.

No setor primário da economia, verificou-se uma crise prolongada nas culturas tradicionais. Quando se pensa nos custos sociais que o êxodo rural acarretou, têm-se razões para crer que essa modernização no campo não foi o caminho para se encontrar o equilíbrio desejado que levasse à justiça social. Resta, portanto, com o esvaziamento do campo em várias áreas nacionais, o fortalecimento do terciário na economia do país.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

Em suma, a leitura que se faz da produção do espaço urbano nordestino, no contexto de mudanças redefinidas pelas necessidades do capital, aponta para uma perspectiva concentradora de população, de recursos, mas também de problemas para os centros beneficiados pela política econômica, programas governamentais e empreendimentos privados (PONTES, 2005).

Mudanças no Processo Produtivo Capitalista e suas Repercussões no Espaço Urbano Nordestino

Na região nordeste, observou-se uma estratégia urbana que visou o crescimento das atividades produtivas e a melhoria na infraestrutura funcional e no equipamento social das capitais dos estados e dos polos secundários regionais, bem como a dinamização dos núcleos urbanos regionais que exerceriam funções de polarização do desenvolvimento regional, mediante o apoio às atividades produtivas e aos investimentos em infraestrutura urbana e equipamentos sociais. A esses núcleos caberia importante função na contenção do processo migratório e no apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais. Outra preocupação surgiu, igualmente, quanto ao papel econômico das cidades, conforme a situação geográfica na qual se encontravam.

Entretanto, é forçoso assinalar que, a partir da década de 1970, começaram a ocorrer substanciais mudanças no ritmo do modo de produção capitalista, verificando-se a passagem do sistema fordista para o regime de acumulação flexível. Ainda que essa transição não se consumasse, simultaneamente, em todo o território brasileiro, não é possível olvidar as transformações em curso. Assim sendo, tornou-se claro que o papel da rede urbana nordestina também passou por mudanças, acompanhando as transformações ocorrentes no processo produtivo. As cidades passaram a ter outras funções e novos papéis foram identificados no âmbito dessas alterações marcantes, constatadas na esfera da economia (PONTES, 2005).

A fim de que se possa compreender este conjunto de mudanças, faz-se mister refletir mais detidamente sobre a transição do fordismo para o regime de acumulação flexível e as consequências daí derivadas na rede urbana do país e, no caso presente, nos novos papéis das cidades de médio porte do nordeste brasileiro.

Do Paradigma Tecnológico-Produtivo Fordista ao Sistema de Acumulação Flexível

A utilização de energia barata, a organização taylorista do processo de trabalho e o consumo maciço constituíam a base funcional do modelo produtivo fordista que, em seus aspectos supraestatais, apoiava-se numa configuração keynesiana de estado. O denominado *Welfare State*, atuava como organizador e construtor do paradigma produtivo fordista, ao acumular numerosas funções produtivas diretas, generalização de infraestrutura, bem como manipulação dos recursos normativos e de política econômica que permitiram o funcionamento de mecanismos distributivos compatíveis com o modelo econômico fordista.

Sob esse tipo de organização política e econômica, a produção orientava-se para mercados maciços, com escassa diferenciação de modelos e produtos estandardizados, de ciclo de vida prolongado. Deste modo, a oferta definia a demanda e suas variações positivas dependiam da ampliação da base de consumidores. O núcleo dinâmico desse regime de acumulação estava centrado no complexo metal/mecânico. Os mecanismos estruturais do modelo fordista – grandes estabelecimentos para aproveitar economias de escala, contiguidade espacial dos processos produtivos, economias de aglomeração etc. – estavam na base explicativa das formas espaciais que produziu.

Com efeito, a consequência direta da concentração técnica da produção refletiu-se na forma de concentração espacial. Assim, pode-se dizer que o regime de acumulação fordista foi protagonista decisivo nos processos de metropolização. Sem dúvida, em sua fase final, produziu-se certa dispersão concentrada até a periferia, como uma alternativa para recompor – ao menos circunstancialmente – a taxa de lucro, aproveitando a formação de mercados cativos e as substanciais diferenças salariais nas regiões deprimidas dos países capitalistas centrais e nos países em desenvolvimento. Nestes, o capital punha-se a salvo das organizações sindicais maduras e poderosas dos centros industriais tradicionais.

O encarecimento de alguns fatores de produção essenciais (petróleo e mão de obra) e a incapacidade de o setor tecnológico fordista responder a essas mudanças, redundou numa crise profunda e prolongada da taxa de lucro no setor industrial e estabeleceu limitações ao modelo fordista para seguir reproduzindo-

se. Os circuitos financeiros internacionais, por seu lado, viviam uma verdadeira hiper expansão, sendo o setor de refúgio para o capital de origem industrial durante os anos setenta, nos países do norte e, nos anos oitenta, nos países do sul.

O conjunto de novas tecnologias que começaram a operar como fator de saída da crise não implicou na renovação ou transformação do fordismo, mas sinalizou o seu esgotamento e superação. Esta transformação tecnológica acarretou o surgimento de novos fatores-chave do modelo tecnológico-produtivo, a exemplo do complexo militar-aeroespacial ou o eletrônico (em especial a microeletrônica), assim visualizado por alguns autores.

Aparentemente, o fenômeno seria de maior complexidade, parecendo prudente adotar um fator mais envolvente, que estaria representado pela informação, o que implicaria em considerar, como eixo do processo, os setores da microeletrônica e as telecomunicações, novos núcleos dinâmicos do paradigma emergente. Este fenômeno acarretou transformações em todos os níveis, desde as modalidades do desenho dos produtos até as formas de organização do processo produtivo, passando pelo próprio conteúdo tecnológico dos novos produtos e de suas características. Deste ponto de vista, pode-se visualizar outro conceito-chave do novo paradigma, que poderia ser utilizado para denominá-lo: a flexibilidade. Entretanto, para alcançar toda a sua eficácia e eficiência, as novas tecnologias demandavam uma nova organização trabalhista e mudanças profundas nos hábitos e costumes, particularmente, de consumo. Este contexto requereu uma transformação substancial da concepção de estado, dos seus papéis e de sua relação com a sociedade.

Assim, a condição de flexibilidade expressa-se, não só no tocante aos bens de capital, aos produtos e às formas de produção e desenho em si, mas também se estende aos volumes a produzir, às relações e conexões interpessoais, particularmente à formação de inserção e controle da força de trabalho nos processos produtivos.

Com efeito, se, por um lado, observou-se um número elevado de inovações em matéria de produtos, isto é, novos produtos, o grau de satisfação desses, bem como suas características e possibilidades de diversificação produtiva, por outro lado, as mudanças a serem consideradas estavam muito mais centradas na forma do processo de produção do que do produto.

Quanto à formação da produção, pode-se destacar a utilização de equipamento flexível ou programável, capaz de cumprir diversas funções vinculadas não somente a distintos momentos do processo produtivo de um determinado bem, mas também à capacidade de adaptar-se a modificações de um produto ou servir para participar na produção de outro bem.

As transformações das relações intra e interfirmas constituíram outra das chaves das novas formas de produção. As possibilidades abertas pelo desenvolvimento das telecomunicações e o processamento veloz da informação, assim como o custo relativamente baixo desses serviços induziu à reorganização das relações intrafirmas, permitindo maior interconexão e integração dos distintos momentos do processo produtivo, conduzindo à integração sistêmica de funções e alterando seus padrões de configuração de plantas, papéis, tamanhos e localização.

No caso das relações interfirmas, também, as novas tecnologias permitiram o acesso a uma maior integração e interação, que entre outros fenômenos, e induziu à “desverticalização” da população. O paradigma de produção flexível pós-fordista ou neofordista implicou, portanto, na substituição das economias de escala pelas economias de “diversidade”, já que se estruturou em demandas segmentadas, de menor tamanho, com grande diferenciação de produtos e modelos, orientadas às pautas de consumo individualizadas e baseadas em bens de obsolescência relativamente rápida, tanto funcional como tecnológica.

Esta é a razão pela qual o tamanho da planta representativa do novo paradigma é, substancialmente, menor (se for medido quanto a pessoal ocupado), sem que ele implique, necessariamente, em menores níveis de inversão em capital fixo.

A reorganização do processo de trabalho, com base na incorporação de novos recursos tecnológicos determinou, também, a modificação do perfil do operário industrial, de seus papéis e de suas relações com o equipamento e com os demais operários. As novas tecnologias de produção motivaram a substituição da configuração taylorista de organização do trabalho, baseada na especialização do operário e em sua atividade predominantemente individual, bem como da estrutura disciplinar hierárquica. Já os sistemas de produção emergentes requeriam um tipo de inserção do operário no processo produtivo

que tendia à sua plurifuncionalidade e capacidade de adaptação, assim como à constituição de grupos de trabalho semiautônomos. Estas mudanças significaram, por um lado, certo processo de desqualificação e perda de postos de trabalho em geral, mas, por outro lado, implicaram em certa recuperação da autonomia, iniciativa e capacidade de decisão e controle dos operários sobre o processo de trabalho.

Na esteira das transformações acima consignadas, verificou-se, nos países industrializados e, atualmente, nos países em desenvolvimento, diversos intentos de reformulação do estado baseados, fundamentalmente, na “degradação” da economia em geral, na privatização de algumas atividades produtivas que o estado assumira durante o regime fordista, na adaptação do suporte legal que rege as relações sociais da produção, nos novos reclamos do capital (flexibilização do trabalho e minimização de conflitos) e no desmantelamento dos mecanismos que garantiam uma distribuição progressiva da receita. No que tange a este último aspecto, entende-se que, no discurso político, o que apareceu como demanda de desregulação, na realidade, traduziu-se em mudança na orientação e nos destinatários dos mecanismos regulatórios que tendiam a reproduzir a complexidade estrutural que o estado apresentava em relação à construção do novo modelo econômico e social. Constatou-se, além disso, o desaparecimento dos instrumentos distributivos e assistenciais de desenvolvimento e de previdência social.

Desta forma, o modo de regulação corporificada pelo estado do Bem-estar, classicamente keynesiano e fordista, foi, paulatinamente, substituído pelo estado neoliberal, adquirindo maior funcionalidade com as novas modalidades e necessidades estruturais da acumulação capitalista flexível. A expansão do poder dos grupos econômicos, dos grandes consórcios exportadores e dos credores externos e a malha de relações pluriescalares que conseguiram viabilizar constituíram a contrapartida da declinação e/ou reorientação da capacidade regulatória do estado nacional.

Finalmente, a transformação da estrutura e dos papéis do estado nacional produziram significativos impactos territoriais. Assim sendo, as fronteiras dos estados nacionais tenderam a perder o significado, seja pela integração institucionalizada e mais ou menos voluntária ou por simples satelitização, de fato. Outra maneira de abordar este assunto é o fato de,

atualmente, cada região, província, município e cidade tender a ser inserido, diretamente, na malha de relações multiescalares que caracteriza o capitalismo atual que, para sua expansão, parece ter necessidade de vulnerabilizar, de maneira crescente, o caráter mediador da presença de estados nacionais intervencionistas e vigorosos (PONTES, 2005).

Reestruturação Produtiva E Organização Territorial

As aludidas mudanças deram lugar ao surgimento de novas estratégias e estruturas territoriais, devido à natureza do regime de acumulação emergente, que supõe a superação da lógica locacional fordista, fortemente concentrada no espaço. As necessidades estruturais do fordismo terminal, as possibilidades de fragmentação do processo produtivo, pela introdução de novas tecnologias de produção, circulação e processamento da informação, assim como aspectos favoráveis à inserção do capital em áreas periféricas, seriam os elementos causais de certa tendência à dispersão geográfica dos meios de produção, seja ela visualizada em escala global ou nacional.

Tanto em escala nacional como global, o saldo do processo de reestruturação produtiva foi a desindustrialização (em termos relativos ou absolutos) das áreas industriais tradicionais e o surgimento ou revitalização de áreas de escasso desenvolvimento industrial fordista.

Obviamente, estas tendências estariam sinalizando processos incipientes, mas progressivos, de reorganização ou alteração do modelo territorial fordista, como resultado da redefinição da divisão regional do trabalho. Grandes regiões industriais foram edificadas em torno de atividades industriais que, hoje, estão em acentuado declínio (siderurgia, metalurgia, metal mecânica, têxtil etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia etc.) não tinham maior significado ou compromisso com tais áreas. Pelo exposto, observa-se que as mudanças na estrutura do território não se verificaram, apenas, nas áreas mais dinâmicas do país, tais como o Sul e o Sudeste, mas foram, também, identificadas em regiões menos desenvolvidas como é o caso do nordeste brasileiro (PONTES, 2005).

Características Do Espaço Urbano Nordestino Atual

O processo de integração da economia do nordeste na economia nacional, especialmente depois da ação da Sudene, produziu um forte impacto na estrutura tradicional da rede urbana nordestina, ampliando as distorções e exigindo desta uma adequação para o cumprimento de novas funções.

Em virtude do padrão concentrador das atividades produtivas, em vigor, verificou-se a macro cefalia dos três sistemas urbanos regionais, Fortaleza, Recife e Salvador, traduzindo-se na extrema polarização das atividades econômicas urbanas pelas metrópoles.

O processo migratório, bem como as atividades industriais, contribuiu, por sua vez, para acelerar uma urbanização concentrada. A modernização do campo e as transformações na estrutura fundiária rural colaboraram para elevar, consideravelmente, o efetivo das populações metropolitanas.

De fato, com a reorientação da política industrial, especialmente depois da introdução dos incentivos fiscais sistema 34/18 e Fundo de investimentos do nordeste (Finor), a concentração espacial foi enormemente favorecida. Esses mecanismos institucionais, criados para viabilizar a política industrial, atenderam, em primeiro lugar, aos anseios do capital e a industrialização teve como lócus preferido as regiões metropolitanas.

A despeito de as metrópoles nordestinas terem se constituído em principal lócus de atração do capital industrial, a base produtiva desses centros ainda detém uma forte participação do capital comercial e financeiro. Na verdade, as regiões metropolitanas do Nordeste são importantes espaços de circulação e realização de mercadorias produzidas em outras regiões, o que justifica a importância que assumem as atividades terciárias (comércio e serviços) na estrutura produtiva desses centros. ao se constituírem em principais espaços de atração de capital e de força de trabalho, as metrópoles nordestinas tornaram-se, contraditoriamente, concentradoras de pobreza.

Na região nordeste, onde a urbanização se deu não apenas em função do processo de crescimento industrial e da concomitante modernização da agricultura, mas, principalmente, à custa da expulsão da população camponesa em virtude da desarticulação das relações de produção, a quantidade de migrantes que chegou às metrópoles excedeu, de longe, a capacidade de

absorção do setor industrial. A incapacidade de o setor moderno da economia nordestina incorporar parcelas cada vez maiores da força de trabalho superdimensionou o setor terciário, dando origem a novas formas de inserção da população urbana na divisão social do trabalho.

As atividades inerentes ao setor informal, por sua vez, estão presentes em parte significativa das atividades integrantes do setor terciário, agregando, de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias (vendedores ambulantes), os pequenos serviços de reparação e manutenção (biscates), os empregos domésticos remunerados, além das várias formas de subemprego e desemprego que incorporam trabalhadores ocasionais e/ ou intermitentes. Dessa forma, diante de reduzida e concentrada base produtiva regional, delinea-se um frágil quadro ocupacional que, acrescido aos baixos níveis de renda, compromete seriamente as condições de vida da população.

Ao débil quadro do mercado de trabalho urbano acrescenta-se, por outro lado, a frágil ação do estado quanto à criação e ao atendimento de equipamentos e serviços necessários à reprodução da força de trabalho. No entanto, a intervenção estatal, além de ter privilegiado a oferta daqueles serviços, mais diretamente ligados à acumulação de capital, tornou-se, também, bastante seletiva no que se refere à provisão dos bens de consumo coletivo, ficando os investimentos em infraestrutura e serviços urbanos marcadamente concentrados em áreas mais próximas ao centro da cidade e/ou bairros residenciais das classes mais abastadas.

Por tais razões, a população mais pobre passou a habitar em áreas cada vez mais longínquas em relação ao centro urbano ou em áreas mais acessíveis, porém com problemas de insalubridade ou dificuldades para a construção. Em consequência, grande parte da classe trabalhadora aloja-se em habitações precárias de mocambos ou favelas, sofrendo carências permanentes no acesso a serviços de transporte, saneamento, saúde, educação e outros equipamentos urbanos.

É importante lembrar que, a despeito de os efeitos da pobreza urbana tornarem-se mais visíveis no quadro urbano das metrópoles, ela representa uma característica de todo o panorama urbano regional. Assim, o atual sistema nordestino de cidades encontra-se compartimentado em três redes distintas, estruturadas nos centros metropolitanos macrorregionais: Recife, Salvador e

Fortaleza. São esses centros, portanto, que, através de extensas áreas de influência, dividem entre si o comando político e econômico do espaço regional, estabelecendo os seus vínculos com o polo central da economia, localizado no Sudeste. Tal concentração, numa região onde prevalece uma fraca divisão territorial e social do trabalho, inibiu o desenvolvimento de todo o sistema urbano, dando lugar a uma rede de cidades truncadas, fracamente hierarquizada e pouco articulada.

Esse desequilíbrio urbano traduz-se, essencialmente, em:

- a. existência de três redes desarticuladas;
- b. reduzido número e/ou ausência de centros do escalão intermediário em determinados segmentos da rede urbana;
- c. fraca e/ou incompleta articulação funcional entre centros do mesmo porte e nível hierárquico, estabelecendo-se as ligações, preferencialmente, dos centros menores para os maiores;
- e d. crescente vinculação com o Sudeste que, atualmente, passa a se processar, também diretamente, através de capitais regionais (COELHO, 1939, p. 87).

Na verdade, os centros metropolitanos nordestinos polarizam e comandam três redes urbanas distintas. Enquanto a região de influência de Recife abrange os estados de Pernambuco, Rio Grande do norte, Paraíba e Alagoas, a de Salvador integra os estados da Bahia e Sergipe, estendendo-se a de Fortaleza pelos estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Dessa forma, é a polarização/concentração que passa a orientar a estruturação do conjunto do sistema urbano, porquanto é, ao mesmo tempo, a sua maior ou menor intensidade que define o papel e a importância de cada centro na hierarquia das cidades.

Assim é que, além de caracterizar as três metrópoles regionais, a concentração repete-se com menor intensidade em centros do segundo escalão da rede urbana, ou seja, centros submetropolitanos. Estes passam, frequentemente, a se processar diretamente dos centros sub-regionais e/ou dos centros de zona, para os centros submetropolitanos ou metropolitanos, quebrando, assim, a ordem hierárquica das ligações. Por outro lado, a fraca interação das capitais regionais entre si enfraquece as relações nos segmentos mais interiorizados da rede urbana, favorecendo, cada vez mais, a centralidade de seu escalão superior. Cabe ressaltar que, à medida que se desce no escalão

da rede urbana, torna-se cada vez mais frágil o quadro ocupacional e mais baixos os níveis de renda da população.

Foi, no entanto, nas pequenas cidades (centros de zona e centros locais) que a polarização/ concentração apresentou-se mais nociva, pois, praticamente, determinou a função que esses núcleos exercem dentro da estrutura do sistema urbano nordestino, isto é, a de servirem de escoadouro da produção agrícola. A economia desses centros urbanos, que representam mais de 90% das cidades nordestinas, além do comércio e serviços necessários ao atendimento da sua própria população, é constituída, basicamente, pelas atividades do tipo urbano, requeridas pela dinâmica de uma economia agrícola, ou seja, mercados periódicos (feiras), pequenos serviços necessários ao escoamento da produção agrícola e/ou beneficiamento industrial de produtos agrícolas.

Por outro lado, constituem ainda, estes pequenos centros, lugar de residência da força de trabalho agrícola, ou seja, pequenos proprietários, rendeiros, e de mão de obra assalariada flutuante, que se desloca de uma atividade para outra em função da sazonalidade das colheitas. O desequilíbrio estrutural, que marca o atual sistema urbano nordestino, deriva da forma pela qual se organizou a base produtiva regional nas suas vinculações com a economia nacional e internacional (CORRÊA, 2006).

Cidades Médias Nordestinas

No caso explícito do Nordeste, as cidades médias passaram por significativas reformulações nos seus papéis.

Em face das substanciais transformações ocorridas no modo de produção capitalista, tendo como consequência mudanças na estrutura territorial do país e, por conseguinte, da região nordeste, resolveu-se adotar o critério econômico para a discussão das cidades médias nordestinas. Portanto, a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem como, atualmente, ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência. Esta segunda rede, aqui assinalada, diz respeito ao sistema de relações realizadas no território com áreas rurais ou outras cidades próximas ou

mais distantes, sobre as quais ela exerce uma condição de comando. Com as mudanças no modo de produção, passou-se a identificar, nas cidades médias, outros contextos relativos à divisão técnica e social do trabalho.

O estilo da expansão capitalista no Brasil levou, no curso das últimas décadas, a um processo de concentração de renda altamente exacerbado, seja pela modificação oligopolística, seja pela política de repressão salarial, dando margem a uma expansão dos serviços de consumo individual, que foram os que mais cresceram nos últimos tempos, e à manifestação de uma tendência: o aumento do número de trabalhadores por conta própria. Neste período, houve a criação de toda uma gama de serviços de consumo individual. Por outro lado, os serviços de consumo coletivo, saúde, educação, transportes públicos, tradicionalmente nas mãos do estado, já eram, há muito, de produção nitidamente capitalista, isto é, as relações assalariadas já existiam há muito tempo. A reforma paulatina do estado, no curso dos últimos anos, é outra face da eclosão do terciário. No entanto, a dificuldade cresce com o progresso da divisão social do trabalho. Assim sendo, a recuperação da própria noção da divisão social do trabalho torna-se possível com o abandono do naturalismo das distinções entre mercadorias e serviços.

No que concerne à divisão social do trabalho no terciário, um novo enfoque revela sua riqueza, abrindo espaço à saída da falsa pergunta sobre o tamanho do terciário, sua necessidade, sua improdutividade, sua inchação, sua proporcionalidade em relação aos outros setores e algumas outras questões ou formas de abordar o problema que expressam a incompreensão do que sejam os serviços no sistema capitalista de produção.

Além disso, a questão do terciário e suas relações com o processo de acumulação do capital deve ser pensada em condições históricas concretas. Portanto, o urbano é a soma das determinações emanadas dos setores produtivos que, especialmente, representa, o lócus por excelência de uma divisão social do trabalho que mudou a situação dos proprietários, separou trabalhadores dos meios de produção, produziu uma mudança nos mercados de força de trabalho, em função de novas tecnologias e, nessa progressão, expandiu e redimensionou a divisão do trabalho nas esferas da circulação, distribuição e consumo.

No curso dos últimos anos, o espaço urbano nordestino, sobretudo as cidades médias, passou por transformações em face da implantação de novos serviços, principalmente os logísticos, de informação, de comunicação, de transportes, de educação e de turismo. Tais cidades apareceram, então, como alternativa de moradia, por oferecerem, ainda que em termos, melhores condições e qualidade de vida em relação às áreas metropolitanas. No transcorrer da década de 1980, essas cidades lograram maior expansão, gerando empregos, enquanto a recessão emergia nas áreas metropolitanas (PONTES, 2005).

Em face do contexto apresentado, em relação às cidades médias, sente-se, claramente, que tais aglomerações estão fadadas a novos papéis no âmbito da rede urbana nordestina, havendo, portanto, a necessidade de estudá-las com maior profundidade.

Sobral (CE): Cidade Média do Sertão

A cidade de Sobral, no Ceará, tem, atualmente, a sua expressão evidenciada pelas indústrias procedentes do Sul do país, que nela se inseriram, além do setor terciário.

A análise da formação socioespacial da cidade de Sobral é essencial para o desvendamento do uso do seu território no período atual, possibilitando a discussão de alguns elementos que contribuiriam para que a cidade pudesse ser entendida enquanto “média”. Sobral, hoje, com cerca de 150.000 habitantes, está localizada a 230 km de Fortaleza, capital do estado. Posicionou-se, ainda no século XVIII, como polo regional, exercendo sua influência sobre toda a zona norte do estado do Ceará, onde está situada e ampliando o seu comando sobre os estados vizinhos do Piauí e do Maranhão.

A origem de Sobral está ligada à fazenda Caiçara, às margens do rio Acaraú, criada no início do século XVIII. O núcleo inicial ficou conhecido com o mesmo nome da fazenda Caiçara, até 1773, período da criação da Vila Distinta e Real de Sobral, quando conquistou o direito de eleger seus representantes pelo voto, dado pelos grandes proprietários de terras locais. Quanto à hierarquia política, a vila de Sobral, assim como o Ceará, inicialmente, subordinou-se à província da Bahia e depois à província de Pernambuco, mantendo com elas

relações comerciais constantes, o que ocasionou o nascimento de uma classe social um tanto quanto “elitizada”.

A atividade comercial, aos poucos, foi se firmando na vila de Sobral, assentada, sobretudo, no desenvolvimento da pecuária, tornando-se cidade pela Lei nº 299, de 12 de janeiro de 1841. Sobral exportava a carne de charque, diretamente para a Bahia, Pernambuco e Portugal, chegando a exercer influência, até mesmo, sobre Fortaleza. Outra atividade de relevância para o crescimento de Sobral foi o cultivo do algodão. Para a base alimentar local, destacou-se o plantio do milho e do feijão. Um aspecto importante é que essas culturas não eram, necessariamente, extensivas, podendo ocupar pequenas e grandes propriedades.

Sobral, com uma situação geográfica favorável, por situar-se no contato entre três zonas geoambientais, serra, sertão e litoral, funcionava como passagem natural obrigatória para quem penetrasse para o oeste do Ceará. Por isso, consolidou-se como um polo regional importante para a economia do estado. Estava próxima dos portos de Camocim e Acaraú, para onde eram levados os produtos por ela coletados, como couro, sola e algodão para exportação. Por meio desses portos, importava produtos da Europa, como porcelanas e roupas para o comércio da região, tornando-se um centro distribuidor, até mesmo, de produtos importados.

Por outro lado, o crescente desenvolvimento da cultura do algodão acabou por proporcionar um rearranjo no território, com a chegada de um importante sistema de engenharia. O advento da ferrovia propiciou maior crescimento de alguns núcleos urbanos cearenses, como Fortaleza, Iguatu, Crato e Sobral.

Sobral, como muitas das cidades nordestinas, contou com dois fatores importantes que contribuíram para sua expansão urbana: o primeiro, a situação geográfica, como ponto de entroncamento viário, fazendo ligação entre a capital do Ceará e os estados do Piauí e do Maranhão, através de rodovia e ferrovia, contribuindo para o fortalecimento de sua atividade comercial e fazendo da cidade um centro distribuidor de produção para toda a sua área de influência (SILVA, 2000 apud HOLANDA, 2005, p. 10).

Sobral manteve sua expressão, mas, aos poucos, fragilizou-se com os efeitos da seca de 1877 e com o constante crescimento de Fortaleza, agora não mais com função meramente administrativa, mas comercial e de serviços.

Entretanto, Sobral procurou manter seu papel econômico assentado, sobretudo, na atividade algodoeira. Essa atividade contribuiu para a implantação de indústrias na cidade ligadas ao setor primário, como: indústria têxtil, de óleo vegetal, sabão, alimentos etc. As indústrias têxteis da cidade conheceram maior crescimento, pois, à medida que os preços do algodão caíram no mercado externo, dentro da conhecida “crise internacional do algodão”, assistiu-se à instalação de indústrias nas áreas produtoras e distribuidoras, como Sobral.

Sobral buscou, portanto, no espaço agrícola, a sustentação econômica com a cultura do algodão herbáceo e no extrativismo da oiticica, da castanha de caju e da cera de carnaúba. Com o advento do século XX, Sobral permaneceu como uma cidade importante para a economia do estado do Ceará, sendo o centro coletor de produtos agrícolas da região norte do estado, e com forte influência na economia regional. Nos anos 50, do mesmo século, sua atividade comercial sofreu uma estagnação e a atividade industrial ficou lenta, em função dos reflexos da seca de 1958. A cidade buscou, então, por meio da prestação de serviços e do comércio mais diversificado, manter sua expressão em relação às cidades vizinhas, período em que o governo brasileiro iniciou a denominada “modernização do país”, por meio das políticas regionais.

Deve-se salientar que, no período do estado Militar, os núcleos urbanos que receberam mais incentivos e, conseqüentemente, atraíram mais indústrias na década de 1960 foram as cidades médias de Juazeiro do norte, Crato (Sul do estado) e Sobral (norte do estado). Assim, Sobral passou a desempenhar um novo papel juntamente com outras cidades médias do Nordeste, mediante uma ação política que visou à dinamização industrial de cidades longe dos grandes centros. “A política das cidades médias racionalizou, portanto, a necessidade de organização do espaço para o desenvolvimento industrial em suas estruturas dependentes” (ROCHEFORD, 1998, p. 101).

No Ceará, o governo do estado criou, em 1962, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), que passou a atuar em três linhas, a saber: construção de infraestrutura, criação de zonas industriais e análise de oportunidades industriais. Agia, também, assessorando os empresários nas

formas de obtenção de recursos financeiros e busca desses recursos junto aos órgãos competentes. Nessa ocasião, foram criados os primeiros distritos industriais no Ceará. A cidade de Sobral, nessa época, surgiu como centro urbano regional importante na perspectiva dos investimentos públicos e privados.

A opção do poder público por Sobral ocorreu devido aos seguintes fatores: contingente populacional; localização geográfica; ter um distrito industrial ligado à capital por meio de rodovias federais e estaduais; rede ferroviária para o transporte de carga e certa tradição industrial, fruto do período de desenvolvimento do setor têxtil erigido, ainda, no final do século XIX. Portanto, as indústrias implantadas em Sobral foram, sobretudo, do ramo de beneficiamento de produtos locais: castanha de caju, beneficiamento do leite e de fabricação de materiais de construção.

Ao redor dos anos de 1990, por iniciativa do poder público, Sobral logrou novos investimentos e novos consumidores. Para tanto, o poder público preocupou-se em dotar a cidade com modernos fixos, como: aterro sanitário, pontes, centro de convenções, ampliação e criação de novas avenidas e espaços de lazer. Buscou-se, também, implementar políticas que atraíssem investimentos diversificados, novos e modernos. Assim, assistiu-se ao crescimento dos serviços, sobretudo o de transporte de cargas, com destaque para as empresas Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.a., expresso Mercúrio S.A. e bancos privados, como Bradesco, Itaú, BBV, além de lojas de franquia, como de telefonia celular (Motorola, Nokia, entre outras), de vendas de moto Honda (Sobral Motos), de alimentos (Nutrinor), de perfumes (Contém 1g, Água de Cheiro, Boticário), de vendas de moda íntima (Duloren) e grifes da moda. Assim, as propostas e as políticas adotadas pelo governo do estado, aliadas à expansão do capital, proporcionaram o fortalecimento de Sobral, enquanto cidade média, percebendo-se novas tendências e contradições no que concerne aos indicadores demográficos, à urbanização, à industrialização, à oferta de serviços, às relações com os espaços mais longínquos, ao aumento dos problemas urbanos, entre outros (HOLANDA, 2005).

Expansão do Espaço Urbano de Mossoró (RN) por Meio das Atividades Econômicas

No início da década de 1980, a consolidação da mecanização da atividade salineira, da agricultura irrigada e o advento do petróleo demarcaram o desenvolvimento na cidade de Mossoró. Por outro lado, os anos de 2000 a 2004 foram considerados períodos nos quais ocorreram mudanças significativas na cidade. Os processos sociais que formatam a cidade e dinamizam a sua sociedade foram marcados por uma reestruturação econômica com reflexos em todo o território municipal, principalmente no espaço urbano, onde essas economias fazem a sua produção ou o processo de gestão, transformação e escoamento dos seus produtos e serviços.

Analisou-se, no caso de Mossoró, o processo produtivo fundamentado em três atividades no espaço urbano – a salineira, a fruticultura irrigada e a petrolífera –, as quais assumiram o papel dirigente da economia, subordinando, criando e redefinindo outras atividades, mediante a ação de políticas públicas.

A economia salineira participa da vida socioeconômica da cidade de Mossoró com a geração de renda e emprego, quer seja no processo produtivo, onde os espaços são organizados – salinas e moageiras – quer, principalmente, no setor de serviços e comércio, em virtude do transporte de sal por caminhões. a princípio, as moageiras e os armazéns de sal estavam localizados no centro da cidade, onde se verificava um grande movimento de pessoas e mercadorias. Hoje, apenas uma grande empresa de moagem e refino encontra-se nas proximidades do centro. A primeira mudança de localização dos armazéns e das moageiras efetivou-se na BR-110 (liga o Município de Mossoró a areia Branca). ao longo dessa rodovia, havia muitos armazéns de sal, já que o acesso a outro grande município produtor, areia Branca, era feito por essa via. Contudo, com o passar dos anos, essa rodovia não mais foi atrativa para a permanência dos empresários salineiros. Por outro lado, da parte do governo municipal, houve incentivos para que as empresas salineiras, moageiras e refinarias fossem localizadas em outra rodovia, a BR-304, no seu trecho localizado no perímetro urbano de Mossoró.

Os incentivos e facilidades logísticas, localizadas na BR-304, motivaram a mudança de muitos armazéns para essa rodovia, onde se concentram os

serviços de apoio a caminhoneiros e o acesso ao estado do Ceará. Mossoró é o maior distribuidor de sal do país. É comum a grande quantidade de caminhões provenientes de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e outros estados estacionarem nos postos de combustíveis que estão na BR-304. Esses caminhoneiros adquirem o sal para revender ao longo do seu retorno, já que é um produto de fácil comercialização, ou para o atendimento de encomendas de indústrias.

Portanto, é uma atividade que dinamiza não somente a economia, mas a vida urbana. A circulação intensa de carretas, na cidade, exige infraestrutura para apoiar a dinamicidade dessa atividade. Na BR-304, em Mossoró, o comércio é intenso, aí se localizando vários escritórios de revenda, que utilizam telefone, fax e outros meios de comunicação para a negociação do sal. Torna-se frequente o encontro de placas afixadas nos postos de combustíveis e armazéns urbanos ao longo da BR, com a frase “temos frete”, com o objetivo de anunciar a disponibilidade do sal para transporte a outras regiões do país. Nesses escritórios ou fora deles, na maior parte das vezes, estão os agenciadores, isto é, os que oferecem e negociam o sal. A rodovia em questão é, atualmente, ligada aos bairros de Mossoró, numa condição mista de acesso para as indústrias, moradias, comércio e serviços. A movimentação financeira, tendo em vista o pagamento de um grande contingente de empregados nos armazéns de sal e moageiras, dinamiza o comércio local.

Outra atividade promoveu o dinamismo da economia e do espaço mossoroense: a fruticultura irrigada. Desde a implantação, esta atividade acarretou, no município, um rápido processo de inserção de inovações tecnológicas, suportes fundamentais para a formação dos demais setores econômicos e da rápida urbanização da cidade. Foi, então, privilegiado o cultivo do melão “valenciano”, que passou a ser desenvolvido pela empresa Maisa, em Mossoró. Assim, os primeiros melões produzidos no Rio Grande do norte, para fins de exportação, foram cultivados por essa empresa, que contou com a água existente na bacia potiguar, obtida numa profundidade média de 700 metros, para promover a irrigação da área. Tendo em vista o processo de exportação dessa fruta, a empresa resolveu implantar escritórios de representação no exterior. Os melões produzidos pela Maisa passaram, então, a ser

comercializados na Europa, principalmente nos países nórdicos, e em toda a América.

Posteriormente, contou-se com a implantação de outra importante agroindústria, representada pela Fazenda “São João”. Todavia, até o ano de 2001, a Maisa consolidou-se como empresa âncora, entre as empresas locais, utilizando frutas tropicais como matéria-prima para a produção de semifaturados, como polpas de frutas, bem como exerceu ação intermediária de grande peso na compra de produção de terceiros para exportação. Cabe ressaltar, entretanto, que a empresa Maisa, apesar de ter logrado cerca de 40% da produção nacional de melões, chegando a representar 20% da fruticultura irrigada do país, fechou as suas portas em 2001 (TRIBUNA DO NORTE, 2003).

Na ocasião, foi criada a Potyfrutas, outra grande empresa ligada à fruticultura no estado, iniciativa de um grupo de engenheiros agrônomos, técnicos, proprietários de terras e alguns ex-funcionários da Maisa. O grupo em questão possui, atualmente, sete fazendas cuja safra, obtida entre 2002 e 2003, rendeu 500 mil caixas; entre 2003 e 2004, 720 mil caixas; e entre 2004 e 2005, foram previstas 1.100 milhão de caixas. A Potyfrutas, além da Nolem, é considerada, na atualidade, a substituta da Maisa no mercado externo.

Anualmente, é realizada na cidade a Expofruit, uma feira que congrega produtores e fornecedores de insumos e implementos agrícolas ligados à fruticultura. A dimensão do evento coloca a Expofruit em segundo lugar em feiras da fruticultura irrigada do Nordeste, sendo a primeira a realizada no estado do Rio Grande do Norte. As atividades frutícolas sugeriram o advento de novos serviços que emergiram em Mossoró, acarretando mudanças na sua estrutura urbana.

A partir de 1980, a cidade passou a sediar as instalações da Petrobras, como ponto de apoio ao desenvolvimento das atividades de exploração de petróleo e gás natural. Na época em que a empresa foi instalada em Mossoró, a cidade não oferecia nenhuma infraestrutura para o atendimento de uma empresa de grande porte, nem condições para receber um significativo número de funcionários. Para resolver, provisoriamente, tal situação, foram indicados imóveis distribuídos em diferentes áreas da cidade, principalmente no bairro alto de São Manoel, além de algumas salas comerciais no centro. A empresa necessitava de construções ou áreas livres para erguer grandes galpões,

oficinas e salas, espaços para manobras de grandes caminhões e máquinas. A área em apreço foi eleita, levando-se em consideração a proximidade das rodovias BR-304 e RN-117, que facultavam o acesso às áreas de produção sem passar pelo centro da cidade.

A expansão do espaço urbano de Mossoró, com o advento da Petrobras, não foi constatada apenas no bairro do alto de São Manoel, sendo, igualmente, identificada em outras áreas da cidade. Anos depois, a empresa adquiriu uma área de 40 hectares nas proximidades da Comunidade de Bom Jesus, que seria transformada em bairro, denominado de “alto do Sumaré”, área desabitada e distante do centro, portanto, fora do perímetro urbano da cidade, onde teve início a construção definitiva da sua sede em Mossoró. Contudo, com a aquisição da aludida gleba de terras, pela Petrobras, a Prefeitura Municipal determinou que a linha limite da área urbana avançasse para além da rodovia Wilson Rosado. Assim, toda a área que fazia parte da zona rural passou a inserir-se nos limites da área urbana da cidade. Após o espaço ser moldado pela Petrobras, observou-se a proliferação de novas residências e de novas construções, além de mudanças na infraestrutura urbana, tais como calçamento, vias de acesso, iluminação pública, escolas e centros de saúde.

Com a construção definitiva da sede própria da Petrobras, verificou-se a ocupação mais intensa dos recém-criados bairros “Bom Jesus”, “alto do Sumaré” e “Planalto 13 de Maio”, que, desde então, apresentam um contingente populacional significativo. Além disso, toda a área loca lizada na vizinhança desses bairros tornou-se atrativa para a instalação de várias empresas, por conta da proximidade da Petrobras. Notou-se, também, que a presença dessa empresa constituiu-se em atrativo para outras empresas prestadoras de serviços do ramo petrolífero, em virtude da ampliação das atividades relativas à exploração do petróleo.

Acrescente-se às atividades até aqui identificadas o advento de pequenas, médias e grandes empresas envolvidas com a ampliação do processo de terciarização. Além disso, em face do número de funcionários requeridos para as atividades petrolíferas, registrou-se, em Mossoró, um número crescente de hotéis, pousadas e residências disponibilizadas para os funcionários da Petrobras. Por outro lado, o comércio mossoroense foi aquecido relevantemente pelas compras feitas pela Petrobras, principalmente ferragens,

materiais hidráulicos, chapas de ferro, mangueiras etc. Todavia, essas compras nem sempre são realizadas no comércio local, seja porque os produtos não atendem às especificações nos quesitos de padrão e qualidade exigidos pela Petrobras, seja por serem encontrados em outras praças a preços mais acessíveis.

Convém ressaltar que as atividades de petróleo e gás criam uma cadeia de outros serviços, tais como alimentação, oficinas de manutenção, postos de abastecimento, telecomunicações, transportes e hospedagem. Assim, desde a sua implantação no estado do Rio Grande do norte, a companhia investiu um montante considerável de recursos sob a forma de impostos, taxas, royalties pagos ao estado e aos municípios, indenizações aos proprietários de terras, compras de bens e serviços, investimentos, salários, entre outros.

Cumprir observar que os royalties pagos pela Petrobras, a que têm direito determinados municípios, são, por vezes, empregados na melhoria da infraestrutura urbana, principal mente em obras de saneamento básico e pavimentação. No caso de Mossoró, os recursos foram aplicados na edificação do teatro municipal da cidade. Finalmente, outro indicador da presença da Petrobras em Mossoró expressa-se pela implementação de agências bancárias que viabilizam a circulação financeira, no âmbito do município, ligada à aquisição de bens e serviços, além de pagamentos de taxas, impostos e royalties.

Pela análise até aqui realizada, constata-se que todas as transformações econômicas que a cidade vivenciou favorecem a migração de pessoas procedentes do interior em busca de melhores condições de vida. No entanto, isto nem sempre ocorre, pois a cidade não consegue absorver toda a mão de obra que para ela migra, geralmente oriunda do meio rural ou de pequenas cidades sobre as quais Mossoró exerce influência, resultando em um contingente considerável de desempregados ou subempregados (ROCHA, 2005).

Campina Grande(PB): O Pequeno Comércio e a Violência Urbana

As sucessivas fases de crescimento econômico da cidade de Campina Grande (PB), ao longo de sua história, fizeram do seu espaço urbano um amplo e importante centro comercial no interior da região nordeste do Brasil. A

descentralização do capital comercial e a entrada de novos capitais nessa cidade tornaram o seu espaço urbano mais complexo, resultando no aparecimento de vários e modernos núcleos de atividades dispersos em diferentes pontos da cidade. O crescimento urbano e econômico dessa cidade, no contexto estadual e regional, suscitou um movimento compulsório em numerosas cidades paraibanas, reforçando o seu caráter centralizador na rede urbana interiorana estadual. A expansão do setor comercial, com a presença de redes de lojas, associada ao intenso processo de crescimento vertical, tem revelado a reconfiguração socioespacial urbana da cidade.

Nesse contexto das inovações ocorridas no espaço urbano e comercial campinense outras formas de comércio local, também cresceram num ritmo intenso, em função, sobretudo, da desigual estrutura socioeconômica vigente nos espaços residenciais e comerciais da cidade. Trata-se do conjunto de pequenas e numerosas atividades comerciais localizadas nos bairros populares e em ruas importantes da área central histórica do comércio da cidade, representado pelos camelôs, vendedores ambulantes, barraqueiros, donos de mercadinhos, bodegueiros, açougueiros, padeiros, pequenos lojistas etc. Além disso, os bairros do Catolé, Sandra Cavalcante, Itararé e Mirante são áreas que receberam, ultimamente, muitos investimentos em infraestrutura urbana (construção de novas vias, abertura e calçamento de ruas, ampliação da rede de esgotos etc.). Essas obras imprimem, portanto, significativas transformações espaciais nos referidos bairros e na área central da cidade, ainda valorizada pelas elites locais, a exemplo da criação recente de algumas lojas de artigos finos e de luxo.

Não obstante o surgimento de novas formas de comércio na sua área central (centro urbano comercial), em vários pontos da cidade, nos bairros e em torno de importantes vias de acesso, começam a crescer e a ganhar importância numerosas atividades de grandes e pequenas empresas dos mais variados ramos, concentradas nestes novos espaços, especialmente do setor “informal” da economia urbana. A expansão dessas atividades na cidade, somada aos interesses dos empresários lojistas, que se sentiram prejudicados por elas, levou o poder público municipal local, no início do século XXI, a incluir este problema no projeto Campina Decó de revitalização da área central da cidade. Dentro desse projeto de revitalização urbana, foram criados novos espaços comerciais

no centro da cidade, como as arcas (áreas do comércio ambulante) e o shopping popular dos camelôs (o shopping Centro Edson Diniz), para abrigar esses pequenos comerciantes. Esta iniciativa do governo municipal resultou em transformações significativas no espaço urbano do centro da cidade, que passou por reformas e mudanças.

Ainda para estimular essas atividades, o governo municipal implementou um programa de microcrédito, desenvolvido pela agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), abrangendo as pequenas lojas, armarinhos, mercadinhos, miniboxes, fábricas de confecções e calçados, salões de cabeleireiros, empreendimentos domésticos (casas que fornecem marmitas, que confeccionam doces, salgados e comidas típicas regionais, casas de consertos em geral etc.) e micronegócios. Todavia, se, por um lado, não se vê resistência da parte dos agentes do pequeno comércio popular frente à expansão das novas formas urbanas do comércio moderno, em função da própria necessidade que têm de adaptarem-se ao contexto atual, por outro, fica patente a permanência, no espaço da cidade, daqueles agentes, coexistindo com as formas comerciais do presente, sendo estas últimas cada vez mais hegemônicas e competitivas.

A sobrevivência de pequenas atividades econômicas periféricas – pequenos comércios locais –, nesse contexto, está, por conseguinte, ameaçada e destinada a se adaptar aos ditames de um mercado cada vez mais competitivo e excludente, que não considera as particularidades dos lugares com suas práticas socioespaciais preexistentes. É aí que reside o problema da sociabilidade, enquanto principal elo de integração e dispersão entre as clientelas e centrais de abastecimento (grandes e pequenos mercados). Assim, a competitividade e a violência fundem-se no mesmo contexto socioeconômico que predomina no meio geográfico atual. Nesse novo cenário, a competitividade torna-se mais complexa e dominante em todas as esferas sociais, sobretudo nas camadas excluídas.

Deste modo, outras questões emergem, tais como narcisismos, imediatismos, egoísmos, abandono da solidariedade, que fomentam a implantação de uma ética pragmática e individualista. Em tais circunstâncias, as instabilidades promovidas pelas inovações do mercado intensificam-se, gerando formas de insegurança e medo entre os agentes dos setores comerciais menores, que não dispõem de recursos para se equipararem às demais formas

comerciais da atualidade e nem às vantagens competitivas. O medo de perder o “pouco que têm” nos seus microespaços cidadãos é compartilhado ainda por outras populações que sofrem com a deterioração sociopolítica da cidade.

Os pequenos comerciantes sofrem diretamente os efeitos das ações rotineiras do crime e, ao mesmo tempo, da ação competitiva das grandes redes de comércio varejista (supermercados, mercadinhos) que se instalam nesses espaços residenciais da cidade, habitados, predominantemente, por populações de baixa renda. As ações dos contraventores têm sobressaltado os tradicionais comércios locais, constituídos de mercearias, pequenos açougues, padarias, farmácias etc. O medo vivenciado por esses agentes do pequeno comércio afetou as suas tradicionais relações comerciais com as populações vizinhas, e essa instabilidade tem contribuído para o fechamento de estabelecimentos nos bairros da cidade de Campina Grande.

Nas áreas residenciais, principalmente nos bairros mais pobres, onde há maior número de pequenas atividades comerciais, a adoção de instrumentos de segurança, como as grades de ferro, é uma nova necessidade entre os pequenos comerciantes que tentam sobreviver num espaço repleto de inseguranças e incertezas, pois os pequenos e constantes movimentos registrados nos estabelecimentos comerciais do lugar em que atuam são visados pelos agentes do crime periférico da cidade.

Nos bairros populares, essas atividades, ao suprirem de forma significativa e “solidária” grande parte das necessidades dos seus moradores, constituem-se em unidades abastecedoras de primeira instância. O papel das pequenas casas comerciais, na vida dos habitantes desses lugares, é estabelecer uma forma de sociabilidade e solidariedade típica dos bairros. Os pequenos comércios, localizados nesses espaços, representam formas espaciais que revelam e evidenciam algumas velhas e/ou novas práticas sociais das populações que neles habitam. Portanto, a adoção de grades e portões de ferro, na entrada ou sobre os balcões dos estabelecimentos em questão, implicou, diretamente, nas relações personalizadas com a clientela, pelas quais a figura do tradicional balcão intermediava e viabilizava as relações comerciais, típicas da grande maioria dos pequenos comércios de bairros.

Esses tratamentos cordiais, que eram amparados por este objeto – o balcão – foram condicionados e substituídos por novas formas de relações

comerciais menos personalizadas. Constrói-se, assim, o espaço do cárcere e do medo, na medida em que se ampliam e aglutinam novos objetos. O pequeno comércio insere-se nesse novo contexto na condição de “[...] micro formas comerciais encarceradas” (DINIZ, 2007, p. 209). A adoção dessa nova forma de segurança tem se tornado contínua entre os pequenos comerciantes e, em alguns casos, entre os grandes comerciantes, proprietários de armazéns atacadistas, lojas de materiais de construção etc.

Para os pequenos comerciantes, essa modalidade de proteção representa, ainda, economia nos custos com segurança, pois, não tendo condições de investir num sistema de segurança moderno, optam pelas grades, as quais não exigem um investimento contínuo e elevado.

Quanto à segurança dos clientes, estes são apontados pelos próprios comerciantes como vítimas mais susceptíveis das ações criminosas, especialmente de roubos, pois, convivendo diretamente com as situações conflituosas do lugar e não dispendo de dispositivo que lhes possa assegurar proteção, tornam-se vítimas constantes dos contraventores.

A análise dos novos comportamentos das atividades dos pequenos comerciantes, fixados nos bairros populares da cidade de Campina Grande, sobretudo, no que se refere à adoção de grades de ferro nos seus estabelecimentos, evidencia que a violência e o medo fazem-se presentes de maneira evidente em ambos os lados das grades. O comerciante, com medo dos prejuízos financeiros, e o cliente, do lado de fora, com medo de ser surpreendido por algum assaltante. Dessa forma, observa-se que a aplicação de grades não eliminou o medo, mas o concretizou em formas que definem os novos espaços do medo na atualidade (DINIZ, 2010).

Cidades Pequenas

As Pequenas Cidades no Contexto Nacional e Global

A globalização, por meio dos investimentos capitalistas, criou e reestruturou inúmeras e complexas redes geográficas, entre elas a rede urbana. Nesse contexto, cada centro, por menor que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988

apud CORRÊA, 2006), produzindo, distribuindo ou, apenas, consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por meio de corporações globais e da rede bancária articulada globalmente.

As pequenas cidades, numerosas que são, geram, em regra, expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam. Nas regiões densamente povoadas, o número de centros é elevado e a distância média entre eles é pequena. Nas regiões escassamente povoadas, ao contrário, o número de centros diminui, aumentando a distância média entre eles (BERRY, 1967; CHRISTALLER, 1966; ULLMANN, 1959).

A elevada ocorrência de pequenos centros deriva, de um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais insipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em plantations e caracterizadas pelo trabalho intensivo. Decorre, então, uma grande demanda de bens e serviços caracterizados por limitados alcances espaciais mínimo e máximo (CHRISTALLER, 1966), responsáveis pela relativa proliferação de inúmeros centros de mercado no espaço. Além disso, constata-se que a pequena mobilidade espacial da população, que implica na ampliação do número de pequenos centros de mercado, está associada aos transportes pré-mecânicos e mesmo ferroviários, sendo inexistentes ou pouco usuais o caminhão e o automóvel. A pequena mobilidade implica na ampliação do número de pequenos centros de mercado. Ao que tudo indica, a refuncionalização das pequenas cidades realiza-se por meio de duas possibilidades: a primeira diz respeito à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada, em muitos casos, pelo desenvolvimento de novas funções não centrais e ligadas diretamente à produção no campo. Essa refuncionalização deriva de uma combinação de manifestações da globalização, em que alterações na circulação, em geral, e no processo produtivo da hinterlândia da pequena cidade desempenham papéis primordiais.

As alterações no processo produtivo no campo circunvizinho, que modificam a estrutura agrária, provocando a diminuição das densidades demográficas e da demanda de bens e serviços para a população, atuaram no

sentido de reduzir as funções centrais, as atividades de beneficiamento de produtos rurais e o comércio atacadista de distribuição de inúmeros pequenos centros que perderam seus mercados. Portanto, verificou-se uma ampliação do alcance espacial mínimo, em muitos casos, atingindo a área de influência de outro centro próximo e com maiores possibilidades de ser menos impactado, negativamente, pelas transformações no campo. A ampliação da acessibilidade corrobora a perda da centralidade.

A força de inércia dos núcleos de povoamento, entretanto, é muito forte. A sobrevivência dos pequenos núcleos, em razão dos serviços que dispõem e da sociabilidade que viabilizam, é efetivada por meio de sua transformação funcional. A transformação em local de concentração de força de trabalho engajada no campo é uma possibilidade corrente.

A segunda possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho. Essas especializações produtivas criadas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, referenciada a novos patamares tecnológicos e de renda, bem como a novos padrões socioculturais.

A distribuição espacial das atividades engendradas pela globalização obedece, portanto, a uma combinação que envolve, de um lado, uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais (CORRÊA, 2006).

Cotidiano das Cidades Pequenas do Seridó Potiguar

No mundo atual, presencia-se o desenvolvimento de uma sociedade em que as relações sociais são permeadas pela produção e pelo consumo de mercadorias. Os espaços são construídos e reconstruídos à mercê da economia, das finanças e das inovações tecnológicas. Assim, as relações humanas são, cada vez mais, substituídas pelo impessoal, o distante, o efêmero e a técnica. A atuação dos diversos atores envolvidos na produção do espaço estrutura a

cidade mediante a utilização de instrumentos capazes de inseri-la numa lógica de reprodução do capital, tendendo a reduzir diferenças e homogeneizar modos de viver, de lazer, de morar, buscando unificar a cultura.

Nesse contexto, pensa-se o sentido e o papel das pequenas cidades em um mundo mediatizado pelo que vem de fora, pelo que é moderno. Reconhece-se que, a despeito de integradas a uma totalidade, cada sociedade pode definir particularidades, na medida em que produz seu espaço, sua história, incutindo nesse espaço seus desejos, projetos e modo de vida. Nesse sentido, a categoria de lugar, enquanto espaço de reprodução das relações cotidianas, possibilita a compreensão da produção do espaço, não apenas materializado para reprodução do capital, mas reconhecendo que um processo de produção do espaço é, também, um processo de reprodução da vida humana (CARLOS, 1996).

Assim, visualiza-se a cidade como um espaço de múltiplas relações e dimensões sociais que se realizam no cotidiano, no plano do vivido e, por isso, envolve a cultura de uma dada sociedade, seu modo de vida e tradições. A cidade emerge como uma teia de símbolos e significados tecidos pela sociedade que, ao construir sua história, compõe a memória e a referência daqueles que fizeram daquele espaço o seu lugar. Para Carlos (1996), o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento de vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos.

Aqui não se pretende um estudo a respeito da cultura de cada cidade, mas entendê-la como elemento de construção da identidade, refletida na fisionomia urbana, nos costumes e nas tradições, cujos elementos são produzidos e revelados no cotidiano. Dessa forma, o cotidiano deve ser compreendido no contexto social em que o espaço é produzido, envolvendo a totalidade que determina essa produção.

As particularidades construídas historicamente fazem parte da memória dos habitantes dessas pequenas cidades e, por isso, definem a identidade de cada lugar. Lugar que pode ser a rua, a casa, o bairro, a praça ou um monumento, desde que identifique aquele que ali viveu e produziu o espaço. São lugares em que a sociedade cria símbolos, valores e demais práticas sociais e, portanto, uma determinada cultura, que, por sua vez, passa a se constituir em patrimônio cultural de cada lugar. Assim, pode-se dizer que, não obstante as

semelhanças nas suas formas e fisionomia urbana, cada cidade tem algo particular que a caracteriza e a identifica, porque é construída e reconstruída por atores, personagens e agentes sociais diferentes, em períodos também diferenciados. As formas construídas e ações realizadas na cotidianidade elucidam de que maneira seus moradores constroem e estabelecem seu modo de vida na cidade. São antigos prédios, sobrados, praças e avenidas, resultantes de processos que marcaram outros momentos de produção do espaço e que, atualmente, pela preservação das suas formas, retratam a história e a geografia da cidade. No entanto, transcendendo às formas espaciais, as pequenas cidades são caracterizadas pela vida calma e pacata, onde o cotidiano é marcado pelos acontecimentos mais corriqueiros, com quase ou nenhuma novidade.

Geralmente, pensa-se que o dia a dia na pequena cidade resume-se aos fatos mais rotineiros, como ir à escola, ao trabalho ou à rua. Trata-se, também, da conversa entre os vizinhos na calçada, no final da tarde, entre aposentados no banco da praça ou em qualquer outro local e o encontro entre os amigos na pracinha, no barzinho ou na lanchonete, principalmente, nos finais de semana. É a cachacinha nos bares da periferia, o jogo de futebol com os amigos, o banho de açude no domingo. São essas relações que passam a constituir o cotidiano das pequenas cidades, atribuindo-lhes uma singularidade que as distingue das demais cidades de maior porte.

Todavia, alguns eventos e manifestações sociais podem dinamizar a vida rotineira nessas pequenas cidades e marcar o seu caráter de lugar. Pode-se observar que, entre esses, estão os religiosos, principalmente as festas dos padroeiros, festas juninas, cívicas, tais como emancipação política do município e as campanhas eleitorais. Os aludidos acontecimentos são elementos capazes de retirar essas cidades da rotina, mudando o cotidiano dos seus moradores.

Nesse sentido, as manifestações culturais e as tradições são produtos da sociedade que, construindo a sua cotidianidade, através do modo de viver, do trabalho, das festas e dos artesanatos, passam a compor o patrimônio cultural ou a marca da cidade. Como exemplos, podem-se evidenciar alguns elementos que se constituem no verdadeiro “cartão postal” de algumas dessas pequenas cidades, cuja importância extrapola os limites da própria região.

A Festa do Jegue, em Timbaúba dos Batistas, é um evento realizado há 20 anos, no mês de setembro e, ano a ano, vem logrando importância, não só

pela capacidade de atrair um número cada vez maior de participantes ou pela valorização cultural, como também por contribuir de forma bastante significativa para a economia da cidade. É notável o processo de transformação espacial que ocorre na cidade nos dias que antecedem à festa. Diversas barracas de lanches, bebidas, brinquedos e outros artigos são instaladas nas proximidades do evento. As pessoas que trabalham nessas barracas veem, nesse evento, a possibilidade de complementação da renda familiar, por meio da comercialização dos seus produtos. O ponto alto da festa consiste na corrida dos jegues, sendo distribuídos prêmios para os donos dos que ganharem a competição.

Além da Festa do Jegue, outras atividades e eventos são identificados no âmbito das pequenas cidades do Seridó potiguar. Como exemplo, lembra-se Timbaúba dos Batistas, com seus bordados artesanais, Carnaúba dos Dantas, com a “Filarmônica”, o “açude de Gargalheiras”, como o marco de acari, os “negros do Rosário”, em Jardim do Seridó e Parelhas e os “Cantadores de Viola”, em São João do Sabugi. As quadrilhas juninas também vêm ganhando espaço nessas pequenas cidades e vêm se difundindo mediante o surgimento de competições entre elas, que envolvem cidades de todas as mesorregiões do estado. Todavia, frente às inovações, a quadrilha junina sofreu modificações. A prova disso é que, diferente de outras épocas, em que tinha como característica o matuto, aquele que morava na roça, de chapéu de palha e vestido de chita, com o forró tocado pelo sanfoneiro, a quadrilha, atualmente, adquiriu outras características, adotando luxuosos figurinos, novos ritmos e coreografias. É um evento que vem se difundindo e ganhando outras dimensões, na medida em que quadrilhas das pequenas cidades passam a se apresentar e participar de competições, como O Forró novos, em Currais novos; o Mossoró Cidade Junina, em Mossoró; e os Festivais de Quadrilhas promovidos pelos Canais de TV, Cabugi e Ponta negra, em Natal.

Outros eventos também se fazem presentes nas pequenas cidades. O Festival do Pescado, em acari, é um exemplo de evento que vem logrando espaço nos últimos anos. Trata-se de uma atividade realizada há sete anos, contribuindo para divulgar a cidade, atraindo um grande número de pessoas. A festa, cujo objetivo é divulgar os produtos da terra (peixe e linguíça de camarão), também difunde a cidade, passando a fazer parte de noticiários nas redes nacionais de televisão. Em Carnaúba dos Dantas é realizada, na praça dos

romeiros, há 25 anos, a apresentação do espetáculo ao vivo da Paixão e Morte de Cristo. Durante esse evento, que se realiza na Semana Santa, a cidade atrai uma enorme quantidade de romeiros.

A Festa dos Santos Padroeiros é uma tradição comum a todas essas cidades. Constitui um marco na cultura desses povos, na medida em que, a cada ano, se renova, não apenas por questão de tradição, mas pela magnitude econômica que alcança. Registra-se, nos meses que antecedem à festa, outra dinâmica na cidade, envolvendo o comércio, principalmente, de roupas e calçados, tendo em vista o costume do uso de roupas novas que ainda se preserva nessas pequenas cidades durante esse período. Os moradores procuram pintar as fachadas das suas casas e estabelecimentos comerciais, dando uma nova fisionomia à cidade. Nas ruas, onde a festa social acontece, são instalados parques de diversões, ternos esportivos, barracas de tiro ao alvo, de bijuterias e brinquedos, uma grande variedade de trailers e lanches, bares etc. Segundo os comerciantes, é uma época em que todos procuram abastecer suas lojas com produtos variados – tecidos, aviamentos para costuras, roupas e calçados –, tendo em vista a procura mais intensa por tais produtos. O período posterior é considerado por eles como “parado”, em que se passa a esperar, apenas, pelos pagamentos advindos das vendas a crédito. É grande o número de pessoas que participa das festas e que procede das cidades vizinhas, pela atração, não apenas da religiosidade, mas também pelo lado profano da festa, tais como bailes e shows que são realizados durante o período.

Portanto, é um momento que se firma como a identidade das pessoas que moram ou que moravam nessas cidades e que procuram voltar nos períodos dessas festividades. A cidade aparece como o lugar privilegiado da vida e de suas relações, o lugar do reencontro com os familiares e amigos, da confraternização, consolidando, assim, a individualidade como um dos elementos marcantes da pequena cidade.

Outro dado notável, e que comprova a importância econômica destes eventos, envolve a feira livre. Segundo um fiscal entrevistado sobre a permanência das feiras livres nas pequenas cidades, o mês que antecede a festa é o período em que, praticamente, dobra-se o número de barracas que vendem, principalmente, roupas e calçados. São feirantes de diversas cidades vizinhas que vendem, nesse período, uma maior quantidade de mercadorias.

Observa-se que o calendário dessas festas percorre todo o ano, de modo que acontecem em períodos diferentes, dando oportunidade para a existência de maior intercâmbio com as cidades vizinhas.

Citam-se esses acontecimentos no intuito de evidenciar que a vida rotineira das pequenas cidades é dinamizada pelos fatos que ocorrem periodicamente e que contribuem para a preservação das tradições de cada cidade. nesse contexto, conclui-se que a cidade mostra-se como o lugar das construções, das casas, dos prédios, do econômico, mas também o lugar da vida e das relações entre pessoas, das emoções, em que tudo tem um significado, uma razão de ser, porque tem história, a qual se perpetua através da memória dos seus moradores, cuja própria história está ligada à cidade (MEDEIROS, 2005).

Cidade, Sociedade e Violência

Nas seções precedentes foram discutidos contextos diferentes, observados nos diversos níveis de cidades do nordeste brasileiro. A seguir, serão tratadas questões que se disseminaram no tecido urbano, ocorrendo, de forma geral, na maior parte das cidades, independentemente do seu porte.

O espaço urbano, incluindo o nordestino, é visto como a causa principal da eclosão da violência urbana. No cenário urbano, vários problemas emergem. Diante do acelerado processo de urbanização porque passou o Brasil, assistiu-se ao desencadear de um período, o qual trouxe consigo o chamado crescimento econômico. Foi o ideário de progresso de um país que, até então, encontrava-se em uma posição de desigualdade frente a outros países do mundo, no que dizia respeito, principalmente, ao setor da economia.

Com a atenção voltada ao desenvolvimento do setor industrial, o setor primário da economia nacional, baseado, fundamentalmente, na agricultura, passou a ter uma importância menos significativa. A concentração de terras nas mãos dos latifundiários, associada à mecanização do campo, que requeria uma mão de obra qualificada, culminou com a expulsão de parte da população camponesa que, impossibilitada de conviver nessa situação, encontrou, na cidade, a possibilidade de melhores condições de vida. As cidades, por sua vez, não dispunham de um suporte estrutural para atender o grande contingente

populacional que migrava do campo, assim como não acompanhavam o crescimento acelerado da população.

As condições de vida foram cada vez mais se deteriorando, culminando no decréscimo do nível de qualidade de vida da população. A precariedade das condições básicas de vida, tais como moradia, alimentação, emprego, entre outros, emergiu e atingiu, sobremaneira, as classes menos privilegiadas da sociedade. O mercado de trabalho não conseguiu absorver toda a mão de obra disponível, excluindo parcela significativa da população. Esta, excluída, foi obrigada, por sua condição socioeconômica, a ocupar as áreas periféricas das cidades, conformando uma segregação espacial oriunda de uma gigantesca miséria social em decorrência da má distribuição de renda. A desigualdade social configurou-se no espaço urbano pela segregação socioespacial. Desse modo, a cidade espacializou-se, evidenciando os espaços apropriados pelas distintas classes sociais.

Acredita-se que o espaço destinado à classe menos favorecida economicamente tenha sido um ambiente propício à proliferação da violência, que surgiu em decorrência da falta de condições dignas de vida, tais como: o desemprego, o subemprego, a precariedade habitacional e alimentar e a ausência de infraestrutura social e de outros serviços básicos. Juntou-se a tudo isso o total desdém dos governantes, que não se interessaram em propor soluções para os problemas existentes, assim como a capacidade de ação reivindicatória pouco expressiva da maioria da população.

Por outro lado, a violência, por vezes, foi usada para protestar contra uma sociedade que rejeitou determinado grupo, não somente por razões socioeconômicas, mas também por questões de preconceito racial e sexual. Assim, a violência que se desenrola nas grandes cidades é fruto de uma desigualdade no âmbito da sociedade, na qual a classe desprivilegiada volta-se contra sua situação de inferioridade, contrastando com o progresso dos seus semelhantes, que têm acesso a vários privilégios.

Observa-se, portanto, que há certa dificuldade em desmembrar o fator socioeconômico da relação direta com esse tipo de violência, a urbana. Isso demonstra mais um componente relevante para o agravamento e instigamento da prática da violência. em contrapartida, nota-se que, em cidades pequenas, a dinâmica da violência adquire expressões diferentes das que se processam nas

grandes cidades, podendo-se, inclusive, atribuir esse fato às questões de relações sociais com “laços mais estreitos”, mediante os quais as pessoas têm um envolvimento interpessoal maior. Além de ser determinada por aspectos das esferas social e econômica, a violência pode envolver questões de ordem cultural, política, psicológica e moral. No entanto, o motivo pelo qual se denominou de urbana este tipo de violência está ligado ao fato de estar afeta ao convívio urbano. Os problemas que emergem na cidade atingem a população que nela se insere, acarretando consequências as mais diversas na sociedade, sendo a violência compreendida como uma reação frente a esses problemas.

O que se presencia, portanto, é uma preocupação cotidiana, especialmente das populações residentes nos núcleos urbanos, acudadas por sentimentos de medo e insegurança, provenientes da disseminação da violência. A ausência e/ou precariedade das condições econômicas e culturais, compatíveis com um padrão ético de relacionamento social, termina por interferir nas relações entre as pessoas. Assim, diante da fragmentação da sociedade, oriunda da existência de uma grande desigualdade entre as classes, vê-se a grande preocupação da classe abastada em se auto segregar. Ou seja, a vontade de ocupar espaços exclusivos, onde, de fato, possa ter a certeza de que estará “separada” das “classes inferiores” e em descompasso com seus padrões de vida, no intuito de buscar segurança. Isto é evidenciado na aquisição de modernos aparelhos de segurança, como também no desejo incessante de inserção em um grupo que possua os mesmos modos de vida que os seus ou que seja, pelo menos, com patível. Essa busca por espaços exclusivos e o desejo de não ter como vizinho alguém que possua um status inferior, acaba por “[...] ampliar as formas discriminatórias” (BAIERI, 2004, p. 26). Desse modo, as classes dominantes sentem sua propriedade e modo de vida ameaçados por aqueles que elas próprias espoliaram e marginalizaram.

O resultado do medo e da insegurança que acomete a população dos aglomerados urbanos ocasionou e ocasiona uma mudança na configuração da paisagem urbana. Assim, a estrutura arquitetônica da cidade é alterada. As pessoas constroem prisões para proteção e defesa da vida e de seu patrimônio. As residências transformam-se em verdadeiras “fortalezas”: muros altos, grades por todos os lados, cercas eletrificadas, cães de guarda e um arsenal de instrumentos eletrônicos que procuram, em conjunto, inibir a aproximação de

desconhecidos. Não existe mais um vínculo de sociabilidade entre as pessoas que, com o sentimento de medo e de insegurança arraigados, se preparam para enfrentar a violência, controlando seus ritmos de vida, gerenciando, cautelosamente, seus horários de saída, entre outros, buscando não ser a próxima vítima da violência urbana.

À população mais empobrecida, moradora dos bairros periféricos e das favelas, por não ter acesso aos meios materiais de defesa, apenas resta, “[...] para proteger-se e defender-se, dar carta branca aos grupos organizados e quadrilhas vinculadas ao mundo da contravenção e do tráfico de drogas em troca de segurança e proteção” (BAIERL, 2004, p. 62). Tais estratégias de segurança, diferenciadas de acordo com o poder aquisitivo da população, representam os modos pelos quais ela encontrou o meio de se proteger contra a violência que faz parte de seu cotidiano, visto que “[...] a segurança pública não dá respostas efetivas e nem oferece garantias de proteção à vida e ao patrimônio” (BAIERL, 2004, p. 62).

E essa banalização da violência pode ser atribuída ao papel da mídia, pela forma como veicula e trata os fatos violentos. O poder de manipulação da mídia influencia, sobremaneira, o agente receptor da informação. Apesar de esse meio de comunicação ter o dever de transmitir fatos verídicos, não se pode descartar a hipótese de que os fatos possam ser retrabalhados, de tal modo que sejam transmitidas imagens remontadas e legendas falsas. São as distorções de imagens que, porventura, possam acontecer e, até mesmo, o modo como a notícia é relatada, que influenciarão no que será assimilado pelo receptor da informação (DONNICI, 1984). Diante disso, não são as violências efetivas que contam, mas sim o que delas fica-se sabendo e imaginando. Assim, o que conta não é a realidade da vida, mas o que se fica sabendo e o que a mídia deixa ver (MICHAUD, 1989).

Considerações Finais

Tendo em vista os graves problemas identificados no espaço urbano nordestino, entende-se que não se pode atribuir somente ao estado e à iniciativa privada providências no âmbito econômico, social e político com o objetivo de atenuar ou buscar soluções para o equacionamento das contradições,

mudanças e permanências comprovadas nas cidades nordestinas. Portanto, sem dúvida, o povo nordestino tem uma parcela grande de responsabilidade para superar as dificuldades que o atormentam. Assim sendo, a participação política do povo torna-se imprescindível para dirimir as dificuldades do cenário urbano. Neste sentido, a política pressupõe o grau de compromisso dos cidadãos para com a sua coletividade e a ação conseqüente sobre as estruturas de desigualdades. A política depende, para sua concretização, de uma ação coletiva com vistas às transformações da sociedade. Política é também entendida no sentido de democratização ou soberania popular, cabendo às maiorias populares decidirem seu próprio destino, em contraposição ao segmento puro e simples das orientações preestabelecidas pelos governantes.

As diferentes abordagens, ou melhor, dizendo, as várias possibilidades de interpretação da realidade estão ligadas às correspondentes concepções de estado, reproduzindo as ideologias subjacentes. Como a “Política”, a “Participação” tem, do mesmo modo, os componentes conceituais de manutenção e de transformação social, dependendo do instrumental teórico de análise adotado.

Aceita-se a tese de que, na realidade brasileira, as classes sociais existem em si, mas não para si. Uma maneira possível de se chegar a uma participação efetiva da maioria da população, no nível político, seria a participação em associações de classe, grupos profissionais, agrupamentos formais ou não, institucionalizados ou não, para, em outra fase, ser possível a participação crítica no processo social. Na medida em que o direito à participação tem que ser conquistado, deve ser precedido de um processo de mobilização, organização e conscientização, devido à alienação e ao anestesiamiento em que a população é mantida pelo próprio sistema.

A dimensão subjetiva que o conceito de alienação pode sugerir não significa a defesa de uma ação política individualista. A pauperização e a concentração de riquezas são dados objetivos de alienação e uma manifestação das relações sociais no modo de produção capitalista. Ora, os componentes concretos dessa realidade demonstram a carência das necessidades básicas, circunscrevendo a ação do trabalhador à luta pela subsistência, numa relação social de pertinência ao sistema. A população marginalizada tem que tomar

consciência da contradição entre a sua realidade concreta e a realidade que a cerca e que escapa ao seu controle.

Em outras palavras, em função do maior ou menor grau de marginalização, o homem deve percorrer um caminho mais ou menos longo: conhecer a realidade que o cerca, com base nos interesses e necessidades sentidos, elaborando a consciência de classe dos grupos marginalizados, mediante a percepção das carências reais e concretas; conhecer seus direitos e obrigações, aprender a verbalizar, dialogar, trocar ideias, reunir-se, reivindicar, passar da “consciência mágica, para a consciência crítica”, enfim, aprender a aprender. Em síntese, trata-se de objetivar a participação pelo exercício da participação, já que o indivíduo só assimila, interpreta e, portanto, é capaz de exteriorizar, numa ação coletiva e transformadora, aquilo que ele conhece e vivencia (BIERRENBACH, 1981).

Referências

BAIERI, L. F. **Medo Social: Da Violência Visível ao Invisível da Violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BERRY, B. J. L. **Geography of Market Centers and Retail Distribution**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, inc., 1967.

BIERRENBACH, M. I. R. S. **Política e Planejamento Social – Brasil: 1956/1978**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 19-35.

CARLOS, A. F. A. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. COELHO, M. S. A. O Sistema Urbano Nordestino: Estruturação Através do Tempo. **Revista Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 86-89, 1939.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. In: _____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 256-270.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, inc., 1966.

Dados Quantitativos da Produção do Melão na MAISA. **Tribuna do Norte**. Natal, 21, p. 9, dez. 2003.

DINIZ, L. S. Sociabilidades e Formas Espaciais Reconfiguradas: O Pequeno Comércio em Contextos de Violência e Medo em Bairros Pobres de Campina Grande/PB. Projeto de Qualificação (Doutorado). 2010 – Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Geografia, Recife, 2010.

_____. Sociabilidade entre Grades: Pequenos Comércios e Clientela nos Bairros Populares da Cidade. In: SÁ, A. J. **Por uma Geografia sem Cárceres Públicos ou Privados**. Recife: Editora Universitária, 2007. p. 203-212.

DONNICI, V. **A Criminalidade no Brasil: Meio Milênio de Repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

HOLANDA, V. C. C. Sobral/Ce: de cidade do sertão a uma cidade média do Brasil. In: **Simpósio Internacional de Cidades Médias: Dinâmicas Econômicas e Produção do Espaço Urbano**, 1., 2005, Presidente Prudente, SP. Anais eletrônicos... Presidente Prudente, SP: UNESP, 2005. Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

MEDEIROS, M. S. S. O Cotidiano Construindo a Identidade das Pequenas Cidades. In: _____. **A Produção do Espaço das Pequenas Cidades do Seridó Potiguar**. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005. p. 133-139.

MICHAUD, Y. **A Violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

PONTES, B. M. S. As mudanças no Processo Produtivo Capitalista e suas Repercussões nas Cidades Médias Nordestinas. In: **Simpósio Internacional de Cidades Médias: Dinâmicas Econômicas e Produção do Espaço Urbano**, 1., 2005, Presidente Prudente, SP. Anais eletrônicos... Presidente Prudente, SP: UNESP, 2005. Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

ROCHA, A. P. B. Dinâmica Econômica e Expansão Urbana – O Caso de Mossoró – RN. In: **Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, 9., 2005, Manaus. Anais... Manaus, 2005.

ROCHFORD, M. **Redes e Sistemas Ensinando sobre o Urbano e a Região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ULLMANN, E. A Theory of Location for Cities. In: MAYER, H. M.; KOHN, C. F (Org.). **Readings in Urban Geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1959.